

INDICAÇÃO N.º 0 5 1 3 / 2 0 2 5

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar campanhas educativas para promover a tolerância e o respeito à diversidade religiosa nas escolas e espaços públicos do município de Fortaleza

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O Vereador abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 138 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, após ouvido o Plenário, vem submeter à apreciação desta augusta Casa legislativa a Indicação em epígrafe, a qual, depois de aprovada, será enviada ao Exmo. Sr. Prefeito, a fim de que a mesma retorne a esta Casa em forma de Mensagem.

Julierme Sena Vereador do PL

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO RECEBIDO EM:

1 0 FEV 2025
29. 27-18
SERVIDOR



ANEXO

0513/2025

À INDICAÇÃO Nº PROJETO DE LEI Nº

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar campanhas educativas para promover a tolerância e o respeito à diversidade religiosa nas escolas e espaços públicos do município de Fortaleza

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CEARÁ INDICA:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, a desenvolver e implementar campanhas educativas, com o objetivo de promover a tolerância religiosa e o respeito à diversidade religiosa, nas escolas públicas municipais e em outros espaços públicos de Fortaleza.

Art. 2º As campanhas educativas de que trata esta Lei terão as seguintes finalidades:

- I. Promover a compreensão e o respeito entre as diferentes religiões presentes no município de Fortaleza, prevenindo a intolerância religiosa.
- II. Fomentar a cultura de paz, diálogo e convivência harmoniosa entre pessoas de diferentes crenças religiosas nas escolas e outros espaços públicos municipais.
- III. Incentivar a valorização da diversidade religiosa como elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.
- IV. Sensibilizar a população e os estudantes da rede municipal de ensino sobre os direitos fundamentais relacionados à liberdade religiosa, conforme garantido pela Constituição Federal e pela legislação municipal.
- Art. 3º As campanhas educativas a serem desenvolvidas poderão abranger as seguintes ações:



- I. Produção e distribuição de materiais educativos como cartilhas, panfletos, vídeos, posters e outros recursos didáticos, para escolas, centros comunitários e outros espaços públicos, com o objetivo de disseminar informações sobre a importância do respeito à diversidade religiosa.
- II. Promoção de palestras, seminários, rodas de conversa e debates nas escolas e centros comunitários, abordando temas relacionados à convivência inter-religiosa, liberdade religiosa e o combate à intolerância religiosa.
- III. Desenvolvimento de atividades pedagógicas para a rede municipal de ensino, como dinâmicas, projetos interdisciplinares e oficinas, visando à formação de uma consciência crítica sobre a importância do respeito às diferentes crenças.
- IV. Realização de campanhas em meios de comunicação públicos, como rádios, TV e mídias digitais, com mensagens educativas e esclarecedoras sobre a diversidade religiosa e a necessidade de promover um ambiente inclusivo nas escolas e nos espaços públicos.
- V. Promoção de ações culturais e artísticas, como exposições, apresentações de teatro, música e dança, que abordem temas de respeito e convivência inter-religiosa, envolvendo os estudantes e a comunidade local.
- Art. 4º O desenvolvimento das campanhas educativas contará com a parceria e colaboração de organizações não governamentais, líderes religiosos, educadores, psicólogos, sociólogos e demais profissionais especializados, sempre que necessário, com a finalidade de assegurar a pluralidade de vozes e experiências na execução das ações.
- Art. 5º O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, deverá elaborar e apresentar anualmente um relatório de atividades sobre as campanhas educativas realizadas, incluindo a avaliação de resultados e propostas para o aprimoramento das ações, com o objetivo de promover um ambiente de respeito e harmonia religiosa nas escolas e nos espaços públicos de Fortaleza.
- Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos orçamentários necessários à execução das campanhas educativas previstas nesta Lei, com base nas prioridades da Secretaria Municipal de Educação.
- Art. 7º O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios, parcerias e acordos de cooperação com outras entidades públicas e privadas, universidades, centros de pesquisa e organizações sociais, para a implementação das ações previstas nesta Lei.



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO	LEGISLATIVO	DA	CÂMARA	MUNICIPAL	DE	FORTALEZA.	EM
DE			DE 2025.			*	7

Julierme Sena Vereador do PL



JUSTIFICATIVA:

Fortaleza é uma cidade marcada por sua rica diversidade religiosa e cultural. No entanto, apesar de nossa pluralidade, é necessário prevenir a intolerância religiosa, pois existem camadas da sociedade que, apesar de defender a liberdade, democracia e o estado laico, algumas vezes há atitudes discriminatórias dentro de escolas e espaços públicos. O objetivo deste projeto de lei é criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso nas escolas municipais, promovendo o entendimento e a convivência pacífica entre diferentes crenças religiosas.

Ao autorizar a Secretaria Municipal de Educação a criar campanhas educativas, buscamos sensibilizar estudantes e a população em geral para a importância do respeito à diversidade religiosa, combatendo preconceitos e estigmas que podem surgir em razão das diferenças de fé. Essas ações não só fortalecem a convivência harmônica entre os cidadãos de Fortaleza, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e tolerante.

A implementação de campanhas educativas nas escolas, nos espaços públicos e em meios de comunicação vai proporcionar à comunidade escolar uma oportunidade única de refletir sobre o valor do respeito à fé do próximo, ao mesmo tempo em que promove a formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres.

Pelo exposto, solicito a aprovação desta matéria pelos nobres parlamentares desta augusta casa.

LEGISLATIVO	DA	CÂMARA	MUNICIPAL	DE	FORTALEZA,	EM	DE
	DE 2025.						

Julierme Sena Vereador do PL